QUESTÕES DE GÊNERO SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: em pauta as implicações nas políticas públicas para o alcance da emancipação socioeducativa das Pessoas com Deficiências (PcD's)

Claudiane Santos Araújo[1]

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância de se discutir sobre sexualidade com pessoas com deficiências, especialmente à mulher em espações sociais, inclusive o educativo. Pontuando, sobretudo, a legitimação dessa temática quando analisamos dispositivos legais e políticas públicas que contemplem esta categoria de estudo. Para tanto, como arcabouço teórico-metodológico, recorreremos às reflexões teóricas de gênero, a análise foucaultiana sobre sexualidade, além de documentos e leis que norteiam e respaldam a compreensão das interfaces dessas categorias. Outrossim, os documentos oficiais como UNESCO (1994), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Federal (1988) serão utilizados para analisar os documentos que legitimam o acesso às informações para às pessoas com deficiência. Para fins de contextualização, abordaremos a questão da violência de gênero como mecanismo de resposta ao silenciamento dessas discussões na sociedade, nas leis, nas políticas públicas e no âmbito acadêmico. Este estudo contribui para a ressignificação e reflexões que apontam para a importância da transversalidade da deficiência nas políticas de gênero, e vice-versa, o que nos convida a novas reflexões político-teóricas das políticas públicas, propondo-se a incorporação de demandas da área da deficiência. Com isso, espera-se contribuir para o enfrentamento às formas restritas de interpretação da variação corporal e de modos de vida, tema tão caro às discussões teóricas e políticas e que ganha com a reflexão sobre a deficiência como categoria de análise como um novo impulso conceitual.

PALAVRAS-CHAVE: GÊNERO; DEFICIÊNCIA; POLÍTICAS PÚBLICAS.

ABSTRACT

The aim of this study is to reflect on the importance of discussing sexuality with people with disabilities, especially women in social spaces, including educational ones. Punctuating, above all, the legitimacy of this theme when we analyze legal provisions and public policies that address this category of study. Therefore, as a theoretical-methodological framework, we will resort to theoretical reflections on gender, Foucault's analysis of sexuality, as well as documents and laws that guide and support the understanding of the interfaces of these categories. Furthermore, official documents such as UNESCO (1994), Universal Declaration of Human Rights (1948), the Federal Constitution (1988) will be used to analyze the documents that legitimize access to

[1] Professora do Departamento de Letras e do curso de Licenciatura em Letras e Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) email:claudiane.araujo@ufma.br

information for people with disabilities. For contextualization purposes, we will approach the issue of gender violence as a response mechanism to the silencing of these discussions in society, in laws, in public policies and in the academic sphere. This study contributes to the reinterpretation and reflections that point to the importance of the transversality of disability in gender policies, and vice versa, which invites us to new political-theoretical reflections on public policies, proposing the incorporation of demands in the area of disability. With this, it is expected to contribute to confront the restricted forms of interpretation of body variation and ways of life, a theme so dear to theoretical and political discussions and which gains from the reflection on disability as a category of analysis as a new conceptual impulse.

KEYWORDS: GENDER; DEFICIENCY; PUBLIC POLICY.

1 INTRODUÇÃO

O interesse por essa temática se deu a partir da observação das experiências de vida de mulheres deficientes, principalmente mulheres surdas em diversos níveis de educação e na modalidade EJA quando fui intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na rede estadual do Maranhão. Foi possível observar a lacuna e o silenciamento de discussões sobre sexualidade na vida dessas mulheres no currículo e nas discussões em sala e esta ausência trouxe impactos para a vida suas vidas. A análise que proponho aqui, portanto, será de destacar a importância e os desafios para os docentes no ensino da educação sexual, discussões sobre sexualidade e relações de gênero.

Sabe-se que discutir sobre sexualidade ainda é uma temática com paradigmas a serem desconstruídos que estão enraizados no imaginário social e se naturalizam na sociedade e também na escola. A interseção entre deficiência, gênero e sexualidade é complexa e existem poucas pesquisas científicas nos âmbitos nacional e internacional com este foco, por isso a necessidade de investigação da pesquisa.

No que tange à educação inclusiva, há uma reprodução de conceitos pré-estabelecidos, e que se reforçam com a falta de formação dos professores que ainda tem uma concepção segregacionista de educação. Na contramão disso a inclusão, garante que as pessoas com deficiência tenham direitos próprios justamente para que as igualem perante a sociedade e as deixem no mesmo nível de convívio, por isso abordar as questões de gêneros nos componentes curriculares e de forma acessível para a ser o direito do aluno\a especial.

Partindo do pressuposto que a educação, e principalmente a educação inclusiva é transformadora, há a necessidade de se discutir sobre as temáticas que abordam a diversidade, e sobretudo, as temáticas relacionadas à sexualidade e gênero com os alunos especiais.

Muitos alunos\as com deficiência(as) desconhecem a importância dessa discussão, pois não tiveram acesso às informações sobre os temas transversais, do respeito, equidade e tolerância, que inclusive estão dispostos na Constituição Federal.

Não por acaso essa discussão é silenciada até mesmo no campo de pesquisa científica, existem leis específicas para a acessibilidade (inclusive na escola) e por vezes são descumpridas, analisar, portanto, temáticas relacionadas ao gênero e sexualidade numa perspectiva interdisciplinar e acessível seria como ultrapassar uma barreira quase intransponível.

Com o desenvolvimento dos estudos relacionados à interseccionalidade se observa a ressignificação de práticas educativas que contemplem o acesso das pessoas com deficiência à essas problematizações. Quando pensamos no verdadeiro sentido da educação, o de conduzir o sujeito ao descobrimento de si e do mundo, percebemos que a Educação Inclusiva não é tão complexa, e muito menos se discutir sobre gênero e sexualidade.

2 GÊNERO, SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: uma ciranda de conceitos

O conceito de gênero compreende diferenças construídas entre homens e as mulheres, os papéis assumidos na sociedade e as relações hierárquicas, de opressão, submissão, subordinação, além das relações de poder estabelecidas entre eles. Assim, a discussão sobre o conceito de gênero não é um conceito fixo, tampouco unânime, está em constante mutação de acordo com as regras de convívio social de cada cultura.

Sobre o conceito de deficiência se construiu a partir da dicotomia plenitude e falta, normalidade e anormalidade, que perpassam sobretudo sobre o ideal de corpo se imperfeições, que remontam inclusive concepções renascentistas da noção de *belo.* Historicamente, a questão da sexualidade e

deficiência passaram a compor no imaginário social a noção antagônica, e\ou atípica para quaisquer relações seja afetiva, homoafetiva ou sexual.

Desta forma, pensar na discussão da sexualidade na educação básica no âmbito da deficiência, a partir dos conceitos expostos, é como desconstruir paradigmas enraizados desde tempos mais antigos, pois "o julgamento das diferenças está relacionado à grupos ideologicamente representativos e socialmente dominantes e que a diferença está próxima da minoria social" (MAIA, 2002).

Sexualidade e educação, sobretudo a inclusiva, demanda atenção, pois a partir da ótica dos Direitos Humanos Universais (1948) são direitos básicos de todos os seres humanos, independente de sexo, racionalidade, idioma ou qualquer outra condição.

O arcabouço teórico disponível indica que a sexualidade se configura como um assunto que causa resistência, e quando é discutido acaba sendo de forma "rasa", pelos pais, e professores (as) como demonstra (SILVA; SANTOS; LICCIARDI; PAIVA, 2008). Observa-se então, um ciclo onde há uma fuga da família na abordagem de tais temáticas e o silenciamento da escola no aprofundamento dessas discussões.

Não por acaso esta lacuna ganha proporções cada vez maiores, pois para que se discuta sobre sexualidade é necessário que se tenha acessibilidade, como por exemplos no caso dos surdos\as, como o professor\a discutirá sexualidade com seus alunos\as sem que haja minimamente compreensão do que está sendo dito? O que se percebe, portanto, é que no caso das Pessoas com Deficiência (PCD's) há uma série de desafios a serem superados, que perpassam por direitos básicos, a saber o direito do acesso às informações, e para que esse acesso ocorra é necessária uma ressignificação didático-metodológica, como por exemplo no caso dos alunos\as surdos\as a exploração de recursos que acontece no campo visual.

Tais temas reforçam a concepção simplista sobre a pessoa com deficiência que traz como consequência vê-la como um ser que requer cuidados permanentes mesmo quando adulto, onde pensar em educação sexual significa

trazer “máculas” para a vida destas pessoas, conforme Pinheiro (2004); Dantas, Silva e Carvalho (2014).

Ademais, o tratamento de “eterna criança” pode desencadear diversas alterações no comportamento, como o isolamento social, auto estima baixa, sensação de incapacidade, e em casos mais graves evoluir para a depressão.

A sexualidade é tabu para pessoas com e sem deficiências, no entanto, estas têm outras possibilidades, inclusive culturais, de se expressarem e experimentarem suas sexualidades. É papel da escola reconhecer a sexualidade, o desenvolvimento amplo dos educandos na perspectiva inclusiva, a formação humana, a tolerância, a equidade e o respeito.

Os dispositivos legais legitimam a escola como um ambiente promotor de igualdade, desenvolvimento de identidades, de protagonismos, de empoderamento e de posicionamentos críticos, a partir dessa conscientização torna-se mais fácil discutir sobre sexualidade. Refletir sobre sexualidade, permite o reconhecimento de si, e este reconhecimento por sua vez requer pensar na identidade. Sobre a identidade da pessoa com deficiência é possível destacar que:

> A formação da identidade do portador de deficiência está ligada com sua noção de sociedade, cidadania entre outros. Essa formação passa necessariamente pela identificação que lhe é atribuída pelo meio social. Uma vez construída essa identidade, ela passa à reflexão e a ação. Para exercer sua cidadania, precisa superar as limitações impostas pelo físico, pela família, que carregam os preconceitos sociais e os seus próprios preconceitos adquiridos no convívio social. Ainda assim, precisa de uma larga dose de compreensão dos seus mecanismos de identificação para formar sua identidade e participar plenamente da sociedade. (NASCIMENTO, 2001)

Sendo assim, exercer a cidadania é ter direito ao acesso de informações que fazem parte dos pilares da formação humana e, que assim possibilitam o conhecimento de si. A escola é um campo fértil para essas análises, e o professor (a) e a comunidade escolar tem um lugar estratégico nesse processo.

3 ASPECTOS LEGAIS QUE LEGITIMAM A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Além da conscientização de direitos das pessoas com deficiência discutidos até aqui, existem documentos normativos que orientam essas práticas educacionais com uma abordagem inclusiva, flexível e adaptativa.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), por exemplo, apregoa que a Educação Inclusiva é definida como "um paradigma educacional fundamentado na concepção de Direitos Humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola". Nessa perspectiva, a indissociabilidade de igualdade e diferença devem ser marcadores de equidade nas diversas instituições sociais, e principalmente na escola.

A UNESCO (1994) preconiza que:

> Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p. 5).

Sendo considerada uma necessidade, o ensino da educação sexual deste aluno\a, então passa a ser um direito que precisa ser atendido. O capacitismo que é uma forma de limitar a capacidade das pessoas com deficiência, reproduz o preconceito na tentativa de perpetuar e naturalizar as várias formas de discriminação. Na contramão disso, as políticas públicas e a legislação direcionam para transformação social e para o rompimento de paradigmas.

Sabe-se que a negligência na efetivação do direito a esta dimensão educativa está ligada à falta de informações dos professores\as e da família que, como já foi mencionado aqui, que silencia ou delega seu papel para a escola,

para instituições religiosas ou até mesmo para a mídia que são aparelhos ideológicos.

Nessa guerrilha, a construção do conhecimento na educação sexual persiste no senso comum o qual tem favorecido a naturalização de mitos, tais como, o de que pessoas com deficiência são assexuadas (MAIA; CAMOSSA, 2003), sendo tais cidadãos (ãs) comparados (as) a anjos ou feras (GIAMI, 2004). Para Gesser e Nuernberg (2014, p. 2), também está presente o mito de que pessoas com deficiência são estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles; outro é o de que pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, diz que "a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade". Assim, as atitudes ou a ausência delas na escola, podem definir uma trajetória de dor, intimidação e isolamento.

Outro viés importante é que se discutir sobre sexualidade e educação sexual na escola é fundamental, pois conforme veremos a seguir a violência de gênero acontece significativamente de forma cruel quando a vítima é uma mulher deficiente.

4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO

A escola como um espaço acolhedor, afetivo e democrático se torna um local de segurança, por vezes inclusive se abrigo. Pode causar estranheza discorrer sobre isto, mas quando a vítima de violência doméstica, sobretudo a mulher deficiente encontra na escola o único local de partilha de angústias, se torna mais compreensível esta assertiva. Como nos lembra Paulo Freire, "não existe educação sem amor", o\a professor\a inclusiva precisa ter o olhar sensível quando tem uma aluna deficiente. No caso da mulher surda, que precisa de uma mediação para se comunicar, isto se torna um pouco mais complexo, pois em

nossa realidade o\a intérprete não está em todos os espaços que a mulher surda está. Isto implica afirmar que em casos de violência, uma “simples” queixa pode ser um impeditivo para se que resguarde a segurança dessa mulher.

Muitas mulheres deficientes sobretudo as surdas não conhecem seus direitos, outras não conhecem a Libras, e quando estão na escola, principalmente na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), utilizam mímicas para se comunicarem. Essas mulheres não conhecem de forma profunda políticas públicas para mulheres, a Lei Maria da Penha e quando estão no contexto escolar temáticas como “sexualidade”, “educação sexual”, “políticas públicas para mulheres”, “violência de gênero” são sempre exceção e nunca uma regra.

A ausência da Educação Sexual para jovens com deficiência desencadeia riscos para essas pessoas que se tornam vulneráveis ao abuso sexual. Tal violência, frequentemente, é perpetrada por pessoas próximas das vítimas, os quais tem a confiança da vítima e/ou de seus familiares/responsáveis, inclusive pessoas que prestam “assistência” a pessoas com deficiência, intimidando uma possível denúncia, também obstaculizada pela dificuldade para identificar o crime, em virtude da falta de conhecimento sobre o incidente (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014).

A importância do papel da escola para o esclarecimento de dúvidas de mulheres e homens com deficiência é destacada para as autoras, em virtude de que: Quando pessoas com deficiência assumem sua vida sexual, geralmente as pessoas reagem com surpresa ou medo, uma vez que, principalmente mulheres com deficiência, são vistas como pessoas fragilizadas. Sobre a violência contra mulheres temos os seguintes dados dos anos de 2018 a 2021:

Segundo o Atlas da Violência 2018, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos 22.918 casos de estupro apurados em 2016, 10,3% das vítimas tinham alguma deficiência.

- 31,1% tinham deficiência intelectual
- 29,6% possuíam transtorno mental
- O estupro tende a aumentar quando a vítima é uma pessoa com deficiência.

- Para se ter ideia, a Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006, mas as mulheres com deficiência só foram incluídas depois de 13 de sua existência, com a criação da Lei 13.836, de junho de 2019.
- Março de 2021: no período pandêmico os casos de lesões corporais contra a mulher com deficiência aumentaram 68% e os boletins de ocorrência caíram 33%.

Dessa forma, envolver a sociedade e as políticas públicas nas questões de gênero e sexualidade das pessoas com deficiência significa quebrar estereótipos e mitos quanto à identidade de homens e mulheres com deficiência e sua vida sexual, assim como esclarecer para a sociedade e para as próprias pessoas com deficiência os sinais de abuso sexual, para a prevenção, identificação, denúncia e busca por punição dos/as acusados/as (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 7).

A educação sexual, portanto, neste estudo, a partir de um conjunto de programas, projetos, ações e ressignificações que possibilitam o acesso às informações sobre sexualidade (MENEZES; SANTOS, 2001).

A Educação Sexual abrange toda a complexidade de manifestações da sexualidade tanto no que diz respeito às relações do sujeito com o prazer, o cuidado e a proteção de seu próprio corpo, como a dimensão ética e estética de seus encontros e negociações com os corpos dos outros, considerando-se todos os desdobramentos históricos, psicológicos, culturais, antropológicos, políticos, econômicos, jurídicos, biológicos, entre outros saberes, aspectos e categorias que dão sentido a essas experiências. Sendo assim, a sexualidade tem sido compreendida como um conceito amplo que abrange práticas sexuais, afetos e subjetivações, os quais dialogam com processos históricos e sociais (MAIA, 2010).

A sexualidade humana refere-se aos sentimentos, atitudes e percepções relacionadas à vida sexual e afetiva das pessoas; implica expressões de valores, gênero, afetos e práticas sexuais, as quais têm centralidade tanto histórica como cultural (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Neste cenário, a sexualidade em Foucault (1988) contempla uma reflexão sobre a forma pela qual a sexualidade veio a ser compreendida e de

como os sujeitos se subjetivam em sua dimensão sexual. Pois para o autor "O importante nessa história é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele, um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento" (Foucault, 1988, p. 12).

Na sociedade, a sexualidade constitui-se, de um lado, pela atuação de instituições, sejam escolares, familiares ou religiosas, e de outro, pelos lugares de veiculação acadêmica e produtiva, todos sendo co-responsáveis pela produção dos saberes e práticas vivenciados historicamente (LOURO, 2013).

Sendo assim, o papel das políticas públicas é o de discutir, informar, refletir, ressignificar práticas inclusivas e emancipatórias, é responsável por estimular a socialização dos indivíduos e democratizar o acesso ao conhecimento e este ensino perpassa também pela discussão da sexualidade. A escola é parte integrante do seu processo de desenvolvimento, principalmente quando se trata de uma pessoa com deficiência. A ampla formação, a formação humana.

Os caminhos da inclusão perpassam pelos pilares da transformação do futuro cidadão com a utilização de atividades e de linguagem apropriadas para a compreensão da sexualidade. Para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem é fundamental o envolvimento dos professores e de toda comunidade escolar.

5 CONCLUSÃO

As reflexões aqui desenvolvidas direcionam para a conscientização da importância das problematizações e discussões sobre sexualidade e educação sexual para o ensino das pessoas com deficiência.

Deficiência é uma categoria que está entrelaçada às relações de gênero, no entanto o silenciamento e a escassez de pesquisas marcam a necessidade de mais estudos sobre temática. Tal lacuna causa o desconhecimento de modo contínuo dos\as PCD's pois não há na escola que é um espaço de transformação, discussão, problematizações e questionamentos "vez" e nem voz para que esses indivíduos compartilhem das suas experiências, sentimentos, angústias e conflitos.

Os familiares possuem papel fundamental na construção da sexualidade dos seus membros. O diálogo entre professor (a) e aluno(a) com acessibilidade e como pilares temáticas que emancipem e libertem seus(as) alunos(as) é que se espera com o fomento dessas discussões. Como vimos no decorrer do texto, muitas pessoas com deficiências se sentem aprisionadas (os) por não conhecerem seus direitos e quando conhecem não sabem como exigi-lo.

Nessa direção, pouco efeito tem uma Educação Sexual emancipadora e integradora na escola, quando em casa vive-se em contexto de silêncio e opressão. Isto se demonstra ainda mais acentuado quando se trata da sexualidade de pessoas com deficiência que, como foi visto, é, frequentemente, percebida com preconceitos e cerceamentos da liberdade destes sujeitos.

A discussão dos temas transversais e o incentivo dessas reflexões desde o início da educação básica são de grande importância para que se construa uma sociedade mais igualitária e acessível.

O investimento nas políticas públicas e na formação inicial e continuada dos (as) professores (as), como também, particularmente, de uma educação que dialogue fortemente com essas famílias e dê condições de possibilidade para que a famílias e comunidades tenham acesso a tais saberes. Em virtude disso, se demonstra urgente que os (as) profissionais da educação tomem consciência de sua responsabilidade como educadores(as) sexuais. Para tanto, cabe o fomento às políticas públicas que garantam que este tema seja abordado em cursos de formação e capacitação de professores (as) e que reflexões acerca da sexualidade comprometidas com os Direitos Humanos se façam presentes no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

CRUZ, M. H. S. Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma História feminina de rupturas e empoderamento. Rev. bras. educ. espec., Dez 2014, v.20, n.4, p.555-568. ISSN 1413-6538.

Declaração Universal dos **Direitos Humanos**". "Nações Unidas", 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1, Disponível em: http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/ acesso em 10 de julho de 2021 às 21:58.

FOUCAULT, Michel. A História da sexualidade I: a vontade de saber. 13ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 34, n. 4, p. 850-863, dez. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NASCIMENTO, Rui Bianchi. A visão parcial da deficiência na revista Veja (1989-1999). São Paulo, 119f., Dissertação (mestrado em jornalismo e editoração) ECA/USP. 2001

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escola. Interação em Psicologia, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2002.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. Revista Brasileira de Educação Especial, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 16, n. 2, p. 159-176, ago. 2010.

Ministério da **Educação**. Secretaria de **Educação Especial** (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Educação Sexual. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Dez 2004, vol.8, no.2, p.199-206. ISSN 1413-8557.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; SANTOS, Alessandro Oliveira; LICCIARDI, Daniele Carli; PAIVA, Vera. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. Psicol. estud. vol.13, n.4, 2008. ISSN 1413-7372.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.